

# ALGUMAS CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS ACERCA DA ANÁLISE DO DISCURSO E ABORDAGEM DO PROCEDIMENTO METODOLÓGICO NECESSÁRIO À REALIZAÇÃO DA ANÁLISE DISCURSIVA

Mara Cristina Piolla Hillesheim<sup>1</sup>  
Guilherme Saramago de Oliveira<sup>2</sup>  
Adriana Borges de Paiva<sup>3</sup>

O discurso, por princípio, não se fecha. É um processo em curso. Ele não é um conjunto de textos, mas uma prática. É nesse sentido que consideramos o discurso no conjunto das práticas que constituem a sociedade na história, com a diferença de que a prática discursiva se especifica por ser uma prática simbólica (ORLANDI, 2005, p. 71).

## Resumo:

Este artigo é resultado de uma pesquisa bibliográfica que pretende delinear alguns aspectos importantes da Análise de Discurso de linha francesa, sem olvidar que seu objeto de estudo, o discurso, também é estudado pela Análise Crítica do Discurso, perpassando por concepções teóricas e estudiosos do campo da Linguística que o definem e realçam sua importância.

## Palavras-chave:

Análise do Discurso. Procedimentos Metodológicos. Análise Discursiva.

## Abstract:

This article is the result of a bibliographical research that intends to outline some important aspects of the French Discourse Analysis, without forgetting its object of study, the discourse, is also studied by the Critical Discourse Analysis, passing through theoretical conceptions and scholars of the Linguistics field that define it and highlight its importance.

## Keywords:

Speech Analysis. Methodological Procedures. Discursive Analysis.

## 1. Considerações iniciais

O objeto de estudo da Análise do Discurso, cuja reflexão permeia este artigo, não é a língua (enquanto sistema fechado e abstrato, em sua dimensão social), nem a fala (produção individual), as quais pertencem à dicotomia saussureana, mas sim o discurso, ou seja, a língua em ação no mundo, como prática social, que vai muito além de transmitir informação ou passar uma mensagem qualquer. O discurso não é estático, pois as pessoas, de um modo geral, por meio da linguagem, transformam o mundo e a si mesmas, ao modificarem os

---

<sup>1</sup> Doutoranda. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia.

<sup>2</sup> Doutor. Professor da Universidade Federal de Uberlândia.

<sup>3</sup> Doutoranda. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia.

sentidos de suas práticas discursivas. É como se os sujeitos dessem sentido às suas relações com seus semelhantes, por meio da linguagem.

Dessarte, pode-se dizer que os discursos ocupam um lugar especial entre a língua e a fala. Esse é o lugar histórico-social da linguagem. Desse modo, a língua é condição *sine qua non* de possibilidade do discurso; em outras palavras, a língua é entendida como condição de base, pois é por meio dela que o discurso se concretiza na sistematização fonológica, morfológica e sintática. Para haver discurso, os processos discursivos necessitam desenvolver-se sobre essa base material (materialidade linguística).

Neste breve estudo, serão apresentados diferentes conceitos de discurso, partindo-se da concepção estruturalista, depois fazendo uma incursão na Análise Crítica do Discurso até chegar à Análise de Discurso de linha francesa, sem olvidar da ênfase destinada aos principais expoentes dessas concepções teóricas. Também, na sequência dos tópicos, mostrar-se-ão alguns fatores contidos nas condições de produção do discurso, necessários à pesquisa fundamentada na Análise de Discurso de linha francesa; depois, far-se-á uma síntese sobre a amplitude epistemológica da Análise do Discurso nos estudos da linguagem; e, por fim, destacar-se-ão os procedimentos metodológicos necessários à realização da análise discursiva, a partir da formação do *corpus*.

## **2. Diferentes conceitos de discurso, consoante perspectiva de estudo da Análise Crítica do Discurso e da Análise do Discurso de linha francesa**

A Análise do Discurso de origem francesa (AD) e a Análise Crítica do Discurso (ACD) são teorias originadas na Linguística, no início da década de 1960, que vão se preocupar com a língua em uso, como prática, em sua dimensão social e ideológica, diferindo do estruturalismo linguístico proposto por Ferdinand de Saussure.

Temos, por um lado, os teóricos mais representativos da AD afetados pela atmosfera intelectual do período estruturalista anterior e posterior a maio de 68 na França (período de ascensão e queda do paradigma estruturalista), e, por outro, na ACD, teóricos que estão procurando equacionar os problemas sem resposta de múltiplas tradições intelectuais, em um esforço de síntese crítica, voltada para os problemas sociais mais urgentes. Ao mesmo tempo em que não podemos tomar como compatíveis, em sua totalidade, os empreendimentos de Pêcheux e Fairclough, existem pontos nos quais eles se encontram, apesar do contexto no qual se inserem (MELO, 2009).

Para entender o foco de ambas as análises, alguns conceitos e pensadores devem ser apresentados no início deste artigo, como ponto de apoio para o entendimento da ACD e da AD, a fim de explicitar que são formas diferentes de se analisar os processos discursivos que

permeiam a linguagem como prática social. Sendo assim, conceituar discurso faz-se necessário, pois este termo apresenta uma gama considerável de entendimentos e sentidos, que sempre aparecem atrelados aos conceitos de língua e de sujeito, dependendo da perspectiva em estão sendo estudados.

Desse modo, pela ótica estruturalista, o discurso pode ser visto como um conjunto de palavras, frases, orações, sentenças, isto é, como um conjunto estruturado de palavras; o sujeito do discurso é aquele que elabora a mensagem usando a língua como um código (conjunto de signos cuja estrutura é invariável), e também é o decodificador de outras mensagens recebidas. Pode-se dizer que, nesse caso, o discurso pode ser confundido com texto.

Já, pela concepção de Pêcheux (1997), iniciador da AD, o discurso é visto como constituído pela e para ideologia; o sujeito que o propaga não é o seu criador, mas apenas um receptáculo ideológico, que se circunscreve nos mais diversos lugares das formações discursivas existentes na sociedade, e emprega a língua como veículo que transporta essa ideologia.

Os estudos pêcheuxianos trouxeram uma abordagem distinta ao pensar a Ciência da Linguagem. As discussões sobre língua e linguagem divergiam de seu pensar. Até então o estruturalismo (com a negação do sujeito e da situação) e a gramática gerativa transformacional (GGT), proposta por Noam Chomsky (valor biológico à linguagem) ocupavam um espaço significativo de discussão em relação aos estudos da linguagem. A análise de discurso surge, então, com a discussão de questões que advogam contra o formalismo hermético da linguagem, questionando a negação da exterioridade. A linguagem não é mais concebida como apenas um sistema de regras formais com os estudos discursivos. A linguagem é pensada em sua prática, atribuindo valor ao trabalho com o simbólico, com a divisão política dos sentidos, visto que o sentido é movente e instável (BRASIL, 2011, p. 171).

E, pela abordagem de Fairclough (2001), o discurso é entendido como uma prática social que pode transformar tanto as realidades sociais quanto os sujeitos da linguagem afetados por esse discurso, partindo-se de uma construção psicossocial do sujeito que está tendente ao ajustamento ideológico e linguístico, todavia consegue agir como transformador de suas práticas discursivas. Isso porque, o sujeito, nessa perspectiva, tem possibilidade de contestar e reestruturar a dominação e as formações ideológicas socialmente empreendidas em seus discursos. Portanto, o sujeito, de acordo com Melo (2009, p. 3), “[...] se conforma às formações discursivas/sociais que o compõem, ora resiste a elas, resignificando-as,

reconfigurando-as. Desse modo, a língua é uma atividade dialética que molda a sociedade e é moldada por ela”. Teoriza Fairclough (2001) que:

Ao usar o termo 'discurso', proponho considerar o uso de linguagem como forma de prática social e não como atividade puramente individual ou reflexo de variáveis situacionais. Isso tem várias implicações. [...] implica ser o discurso um modo de ação, uma forma em que as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros, como também um modo de representação. [...] O discurso contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social que, direta ou indiretamente, o moldam e o restringem suas próprias normas e convenções, como também relações, identidades e instituições que lhe são subjacentes. [...] O discurso contribui, em primeiro lugar, para a construção do que variavelmente é referido como 'identidades sociais' e 'posições de sujeito' para os 'sujeitos' sociais e os tipos de 'eu' [...] Segundo, o discurso contribui para construir as relações sociais entre as pessoas. E, terceiro, o discurso contribui para a construção de sistemas de conhecimento e crença (FAIRCLOUGH, 2001, p. 90-91)

O que há de comum entre Fairclough e Pêcheux, é que ambos contribuíram significativamente para os estudos linguísticos relacionados ao discurso, por conta da dimensão crítica do olhar sobre a linguagem como prática social. Desse modo, influenciaram muitos pesquisadores da área da linguagem, da Filosofia e das ciências humanas em geral. Entretanto, Fairclough propõe, diferentemente de Pêcheux, que o discurso deve ser examinado em profundidade, pois não apenas reproduz práticas socioideológica, mas que a linguagem tem papel imprescindível na transformação social.

Para ele, o discurso deve ser visto como um modo de ação, como uma prática que altera o mundo e altera os outros indivíduos no mundo, desse modo os analistas da ACD devem formular pesquisas que exerçam ações de contrapoder e contra-ideologia, práticas de resistência à opressão social (MELO, 2011, p. 13-14).

Por último, faz parte também do contexto de mudança nos estudos linguísticos, as contribuições de Maingueneau (2005, p. 15), que apresenta o discurso como uma “[...] uma dispersão de textos cujo modo de inscrição histórica permite definir como um espaço de regularidades enunciativas”. E define ainda os discursos, no plural, “[...] como integralmente linguísticos e integralmente históricos” (MAINGUENEAU, 2005, p. 16). Isto é, objetos que se constituem através de uma dupla restrição: a do dizível na língua e a do dizível num dado tempo-espaço histórico. Esses dois aspectos do discurso são articulados na análise e não cabe pensar no texto como sendo composto de uma estrutura profunda e uma superficial, a primeira mais ligada à história e a segunda à realização linguística final – ou terminal do discurso. Ao invés dessa dicotomia, o autor destaca a importância de explicitar a “semântica global” dos discursos, rejeitando a ideia de que eles tenham uma base

“invisível” e uma camada que se mostra, considerando-os como sustentados concomitantemente em suas várias dimensões. Para esse autor, o discurso não age sobre a realidade das coisas, todavia sobre outros discursos e todo enunciado de um discurso se constitui na relação polêmica com outro. O sujeito é um espaço cindido por discursos e a língua um processo semântico e histórico.

Conforme apresentado anteriormente, não existe uma aquiescência entre os linguistas sobre o conceito de discurso, cujos apontamentos apresentados revelaram. Entretanto, deve-se considerar, como ponto mais próximo entre os estudiosos do discurso, que todos apresentam o sujeito e o discurso em movimento dinâmico de prática social perpassada pela linguagem, não focado na estrutura e no funcionamento da língua como estrutura social e abstrata. Desse modo, significa dizer que o objeto de estudo, de qualquer análise do discurso, não estuda somente a língua, porém aquilo que se concretiza por meio dela: as relações de poder, a ideologia das instituições, as construções de identidades e de diferenças sociais, os tantos processos de inconsciência ideológica, as formações ideológicas, as diversidades nas manifestações humanas, etc.

A análise de discurso, no entendimento de Santos, Oliveira e Saad (2021, p.12), “[...] possibilita a compreensão dos sentidos socialmente produzidos nos discursos [...]” por isso “[...]propicia ao analista uma visão menos ingênua da linguagem visto que com a AD ele depreende que todo discurso possui relação com o contexto sócio-histórico e, por isso, não é neutro, mas sustentado por alguma ideologia”.

Portanto, foram apresentadas, aqui, as diferentes concepções de discurso, a fim de mostrar que existem várias preocupações, pesquisas e estudiosos que se dedicam a esse campo do conhecimento. A título de informação, podem ser citados, dentre outros, na seara da ACD, Michel Halliday, Gramsci e a escola de Frankfurt, Teun Van Dijk, Gunter Kress, além do comentado Norman Fairclough. Entretanto, neste artigo, pretende-se trabalhar com a AD de linha francesa, preconizada por Michel Pêcheux e sua contribuição metodológica para a pesquisa qualitativa.

### **3. Breve apresentação de alguns fatores contidos nas condições de produção do discurso, necessários à pesquisa fundamentada na AD de linha francesa**

Como já explanado, a AD faz parte dos estudos da Linguística, pós-estruturalismo. Pode-se dizer que se fundamenta e se constitui no espaço em que questiona três domínios disciplinares: a Linguística (relação linguagem/pensamento/mundo); o Marxismo (o

materialismo histórico na produção dos sentidos) e a Psicanálise (noção de sujeito; inconsciente; ideologia).

Partindo da ideia de que a materialidade específica da ideologia é o discurso e a materialidade específica do discurso é a língua, trabalha a relação língua-discurso-ideologia. Essa relação se complementa com o fato de que, como diz M. Pêcheux (1975), não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia: o indivíduo é interpelado em ideologia pela ideologia e é assim que a língua faz sentido (ORLANDI, 2005, p. 17).

Assim, conforme mostrado no tópico anterior, pode-se dizer que o discurso é o lugar em que se encontram a língua e a ideologia, perpassado pela história, e de onde provêm os sentidos que são gerados pelos enunciados. Portanto a AD tem por objetivo, segundo Orlandi (2005, p. 15), “[...] compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da história”. Ou ainda:

A análise do Discurso, como seu próprio nome indica, não trata da língua, não trata da gramática, embora todas essas coisas lhe interessem. Ela trata do discurso. E a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando (ORLANDI, 2005, p. 15).

A questão é perceber que a AD busca compreender como o discurso, objeto sócio-histórico, faz sentido a partir de um sujeito interpelado pela ideologia; portanto existe uma relação entre língua e ideologia, que produz sentidos por/para os sujeitos. Enquanto a metodologia da análise de conteúdo preocupa-se em retirar sentidos dos textos, “[...] atravessando o texto para encontrar um sentido do outro lado”, com a finalidade de responder à indagação: ‘o que este texto quer dizer?’; a AD tende a questionar: ‘como este texto significa?’ (ORLANDI, 2005, p. 17.)

A AD, portanto, trabalha com o homem e a linguagem, ou seja, com o discurso produzido por este em situações diversas, nas instituições e contextos da sociedade, por meio da língua, com as várias formas de significar dizeres, os quais só fazem sentido quando seu efeito é ali construído e entendido. Assim, o homem, que não mais é indivíduo, é sujeito interpelado pela ideologia, desempenha um papel, tem um lugar e assume seu dizer a partir de uma circunscrição histórica, política, social e ideológica. Ele faz uso da língua, interagindo e reagindo; concordando e discordando; mostrando-se e escondendo-se sob as palavras não-ditas e as jamais ditas que se apresentam na enunciação, e que constroem o discurso.

Como objeto de estudo a AD, o discurso, no caminho da linguagem, surge como forma de mediação entre o sujeito e seu mundo circundante, que faz sentido entre os interlocutores e é um efeito de sentido, constituído a partir de formações discursivas, assentadas em uma ou mais formações ideológicas, em determinadas condições de produção.

O discurso, sendo, desse modo, objeto teórico da AD, produz-se socialmente por meio de sua materialidade específica: a língua. Não há como um discurso formar-se sem a língua. Ela é a condição de possibilidade de um discurso; materialidade ao mesmo tempo linguística e histórica; produto social que resulta e uma trabalho com a linguagem, no qual coincidem o histórico, o social e o ideológico. Em razão disso, pode-se afirmar, ainda, que, no campo discursivo, a língua é opaca, visto que nela intervêm as sistematicidades linguísticas, o imaginário e o equívoco.

Logo, deve-se salientar que o discurso é prática social cuja regularidade só pode ser apreendida a partir da análise dos processos de sua produção, não dos seus produtos. O discurso é a dispersão de textos, construídos como práticas sociais, a partir das condições histórico-sociais de produção, as quais se sustentam na linguagem como ação transformadora, trabalho, produção social, interação entre o sujeito e sua exterioridade.

Desse modo, todo discurso emerge de uma formação discursiva, presente em formações ideológicas, originadas a partir de condições de produção específicas, conforme expõem Pêcheux e Fuchs (1997):

[...] se deve conceber o discursivo como um dos aspectos materiais do que chamamos materialidade ideológica. Dito de outro modo, a *espécie* discursiva pertence, assim pensamos, ao *gênero* ideológico, o que é o mesmo que dizer que as formações ideológicas de que acabamos de falar ‘comportam necessariamente, como um de seus componentes, uma ou várias *formações discursivas* interligadas que determinam o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma harena, um sermão, um panfleto, uma exposição, um programa etc) a partir de uma posição dada numa conjuntura’, isto é, numa certa relação de lugares no interior de um aparelho ideológico, e inscrita numa relação de classes (PÊCHEUX; FUCHS, 1997, 166-167).

Assim, pode-se entender que todo discurso é resultado de uma determinada ideologia, entendida como espaço de representação de valores, de onde o sujeito diz. Entenda-se que a ideologia aqui trabalhada, tomando por base o materialismo histórico, é a responsável pela reprodução das bases econômicas, a partir do momento em que interpela, ou seja, executa o assujeitamento do indivíduo, tornando-o sujeito desta ou daquela classe social, concebida como classe antagônica de produção. Embora esse sujeito pense que é livre em ocupar aquele determinado lugar, ele não o é, pois, ao ser interpelado, pertence a uma

Cadernos da Fucamp, v.20, n.48, p.148-166/2021

classe social e está inserido nas diversas instituições que formam os Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE), consoante define Althusser (1985):

[...] podemos desde já considerar como Aparelhos Ideológicos de Estado as instituições seguintes (a ordem pela qual as enunciamos não tem qualquer significado particular): - O AIE religioso (O sistema das diferentes Igrejas) - o AIE escolar (o sistema das diferentes escolas públicas e particulares), - o AIE familiar, - o AIE jurídico, - o AIE político (o sistema político de que fazem parte os diferentes partidos), - o AIE sindical, - o AIE da informação (imprensa, rádio- -televisão, etc.), - o AIE cultural (Letras, Belas Artes, desportos, etc.) (ALTHUSSER, 1985, p. 68).

Nesses aparelhos, ocorre a chamada reprodução das relações de produção, em que estão garantidos os interesses da classe dominante sobre a classe dominada. Ou dizendo de outra forma, dentro dos aparelhos ideológicos, por existirem posições (lugares) específicas para os sujeitos, cujos interesses são diferenciados, ocorre o que se pode chamar de lutas de classe. Isso se dá porque as formações ideológicas de uma classe e de outra são distintas dentro da sociedade; nem individuais, nem universais, mas se relacionam às posições de classe em conflito.

Quando se fala da função de classe de uma ideologia, é preciso, portanto, compreender que a ideologia dominante é efetivamente a ideologia da classe dominante, e que ela lhe serve não só para dominar a classe explorada, mas também *para se constituir ela mesma como classe dominante*, fazendo-a aceitar como real e justificada sua relação vivida com o mundo (ALTHUSSER, 20015, p. 195).

Percebe-se, assim, que as formações ideológicas são materializadas na/pela linguagem, porque esta é ação/prática transformadora da sociedade. Portanto, não existe ação e prática sem ideologia, porque a ideologia faz morada na linguagem. Daí poder se afirmar que em uma formação ideológica existem várias formações discursivas, visto que o discurso não existe sem a ideologia. Discurso e ideologia são indissociáveis.

Ao considerar o discurso, Foucault (2002) afirma que a formação discursiva se apresenta como forma de repartição, ou melhor, um sistema de dispersão, como um convite a colocar a contradição entre a unidade e a diversidade, entre a coerência e a heterogeneidade no centro das formações discursivas.

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações, diremos [...] que se trata de uma *formação discursiva* (FOUCAULT, 2002, p. 43).

Esta definição de formação discursiva como forma de repartição, ou ainda, um sistema de dispersão, convida a colocar a contradição entre a coerência e a heterogeneidade no centro das formações discursivas. Pode-se dizer que em uma unidade existe dispersão, porque uma implica a outra, vez que são diferentes modos de dizer o mesmo objeto que constituem a unidade, marcada pela descontinuidade, só que, centrados nessa diversidade, formam a unidade. A regularidade discursiva aparece em uma época e não em outra, daí enfatizar-se que há dispersão para dar lugar a outras formações discursivas, novas produções de sentido.

Por conseguinte, pode-se notar que tanto em Pêcheux quanto em Foucault, as formações discursivas envolvem ocorrências, acontecimentos histórico-políticos e ideológicos, os quais marcam o aparecimento deste ou daquele discurso, dentro de um universo discursivo, obedecendo à formação discursiva constituída de continuidade, descontinuidade, unidade e dispersão. Além disso, há também, toda uma exterioridade (realidade discursiva sócio-histórica e política) que determina uma formação discursiva e não outra, com um objetivo para o seu aparecimento: determinar aquilo que deve ser dito ou pode ser dito.

#### **4. A AD e sua amplitude epistemológica nos estudos da linguagem: discurso, sujeito e sentido**

De acordo com o que sugere Orlandi (2003), o discurso não transmite informações apenas, no entanto é efeito de sentidos entre interlocutores. Assim, a AD é a análise desses efeitos de sentido.

O discurso é definido não como um transmissor de informação, mas como efeito de sentido entre locutores. Assim, se considera que o que se diz não resulta só da intenção de um indivíduo em informar outro, mas da relação de sentidos estabelecida por eles num contexto social histórico (ORLANDI, 2003, p. 63).

Por conseguinte, percebe-se que o sujeito não é a fonte dos sentidos daquilo que diz, como defendia Benveniste (1989), pois o sentido é produzido entre os sujeitos locutores. Os homens, em seus discursos, constroem sentidos, tal como argumenta Foucault (2002):

[...] o que se chama ‘prática discursiva’ pode ser agora precisado. [...] é um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa (FOUCAULT, 2002, p. 136).

Ou seja, o discurso relaciona a língua com outras práticas sociais. Desse modo, o sujeito, ao mesmo tempo em que é autônomo – processando suas práticas discursivas – é ideologicamente marcado e subordinado, porque é coagido a dizer aquilo que o lugar ou a posição ocupada, na formação social, lhe obriga, ou seja, o indivíduo, interpelado pela ideologia, transforma-se em sujeito, daí sua prática discursiva ser marcada por formações discursivas que remetem às mesmas formações ideológicas da posição ou classe social que esse sujeito ocupa, isto é, o lugar de fala em que está circunscrito.

Para esclarecer melhor a questão dessa autonomia do sujeito, é necessário recorrer a Pêcheux e verificar as noções de sujeito por ele formuladas. Em um primeiro estágio, Pêcheux entende o sujeito como um “[...] lugar determinado na estrutura social [...]”, isto é, encontra-se nos recursos discursivos como “[...] uma série de formações imaginárias” (PÊCHEUX, 1997, p. 82). Logo, não há, na AD, um conceito de sujeito individual, tomado em sua condição singular de falante da língua.

Posteriormente, em um segundo estágio, com Catherine Fuchs, Pêcheux apresenta o sujeito constituído com mais um traço: o inconsciente. É a denominada “teoria da subjetividade”, que reconhece o sujeito da AD não somente social, mas dotado de inconsciente, e isso faz resultar em um sujeito que atua movido pelo efeito de duas ilusões: pensa ser a fonte de seu dizer e ser responsável pelo que diz (PÊCHEUX; FUCHS, 1997, p. 177).

Já em um terceiro estágio, Pêcheux propõe “[...] uma teoria não-subjetiva da subjetividade”, a qual une inconsciente e ideologia, isto é, “[...] os processos de ‘imposição/dissimulação’ que constituem o sujeito, situam-no (significando para ele o que ele é) e, ao mesmo tempo, dissimulam para ele essa ‘situação’ (esse assujeitamento) pela ilusão de autonomia constitutiva do sujeito” (PÊCHEUX, 1988, p. 133). Isso ocorre porque a ideologia, ao interpelar os indivíduos em sujeitos, não o faz de modo explícito, para que o sujeito disso se dê conta. A ideologia perpassa inteiramente o sujeito, porque não há sujeito sem ideologia e tudo é realizado de forma que este é interpelado sem o saber que o é. Daí falar-se nessa suposta autonomia, porque o sujeito ‘pensa’ que está manipulando suas práticas discursivas, contudo, na verdade, é somente um sujeito social, histórico, ideológico e dotado de inconsciente, tal como o concebeu Pêcheux.

Portanto, o sujeito da AD é articulado com a história (caráter fortemente social, em funcionamento com a ideologia) e com o caráter psíquico, no que diz respeito ao inconsciente, ligado com o dizer do outro. Assim, esse sujeito do discurso deve ser

considerado dentro de uma formação discursiva que, de acordo com o que ensina Pêcheux (1988, p. 160), corresponde a um domínio de saber, constituído de enunciados discursivos que representam uma maneira de relacionar-se com a ideologia, regulando “[...] o que pode e deve ser dito”.

Ou em outras palavras, a formação discursiva pode ser entendida, consoante expõe Brandão (1991, p. 90), como “[...] o conjunto de enunciados marcados por regularidades e, por formação ideológica, o conjunto complexo de atitudes e representações que não são nem individuais, nem universais, mas dizem respeito, mais ou menos diretamente, às posições de classe em conflito umas com as outras”. Sem olvidar que cada formação ideológica pode compreender várias formações discursivas interligadas.

É por intermédio da relação do sujeito com a formação discursiva que se atinge o funcionamento do sujeito do discurso, porque “[...] os indivíduos são ‘interpelados’ em sujeitos falantes (em sujeitos de seu discurso) pelas formações discursivas que representam ‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhes são correspondentes” (PÊCHEUX, 1988, p. 161).

Desse modo, o sujeito do/no discurso não é adônico, dono do seu próprio dizer, primeiro produtor daquele ou deste sentido, mas sim é fruto da ideologia que o interpelou. Esse sujeito ocupa um lugar, assume uma posição, tal como foi destacado alhures, de onde diz somente aquilo que está autorizado a dizer, haja vista que as condições de possibilidade de produção de seu discurso apresentam regularidades discursivas que remetem, a todo o momento, a sua inscrição socioideológica. Segundo ensina Pêcheux (1988, p. 163): “[...] a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina (isto é, na qual ele é constituído como sujeito) ”.

Logo, não há transparência no discurso. Apenas uma aparência de clareza e de liberdade discursiva, vez que só existe discurso porque há sujeito, e este tem existência na/pela ideologia. Os sentidos, portanto, também são construídos nessa perspectiva. Destaque-se, aqui, o que teoriza Pêcheux:

[...] o sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição, etc., não existe ‘em si mesma’ (isto é, em sua relação transparente à literalidade do significante) mas é determinada pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo social histórico em que as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é reproduzidas). Poderíamos resumir essa tese dizendo: as palavras, expressões, proposições, etc, mudam de sentido segundo as posições daqueles que as empregam, o que significa que elas tomam seus sentidos em referência a essas posições, isto é, em referência às formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem (PÊCHEUX, 1988, p. 15).

Dessume-se, então, que os sentidos das palavras, expressões, proposições só existem se estas estiverem em uma dada enunciação entre dois sujeitos interlocutores, ocupantes de lugares e posições definidas ao interagirem em uma situação enunciativa. E esses sentidos vão além das significações, porque na enunciação aparecem os efeitos de sentido que, no dizer de Possenti (1998, p. 4-5), “[...] trata-se do efeito de uma atividade, e que esta atividade é a enunciação, a qual nunca se repete”. O sentido, portanto, não é uma significação integralmente desenvolvida, terminada, fechada. Ele desliza de uma enunciação para outra causando outro efeito de sentido, visto que depende de uma construção histórica, que não exclui as convenções, os conflitos e as múltiplas significações veiculadas pela língua, quando da interlocução entre dois sujeitos.

Cabe aqui salientar que as várias formas de significar podem ser entendidas, na AD, como as maneiras de dar sentido ao que é dito. Em outras palavras, pode-se afirmar que não existe sentido em si mesmo, mas que este é construído/determinado pelas diferentes posições ideológicas ocupadas pelos sujeitos, nas formações discursivas, “[...] colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas” (ORLANDI; GUIMARÃES, 1988, p. 21).

De acordo com a posição dos sujeitos, que usam as palavras, percebe-se a mudança de sentido que se opera em cada uma delas. Isso ocorre porque as palavras extraem seu sentido das posições ocupadas pelos sujeitos, ou seja, as posições/lugares estão inscritas nas formações ideológicas.

Entende-se, então, que “[...] as palavras recebem, pois, seu sentido da formação discursiva na qual são produzidas”, visto que não há sentido, não há como o sujeito significar seu dizer fora de uma formação discursiva, que é o “[...] lugar da constituição do sujeito e da identificação do sujeito”. Esclarecendo melhor: “[...] a formação discursiva se define como aquilo que numa formação ideológica dada (isto é, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada) determina o que pode e deve ser dito” (ORLANDI; GUIMARÃES, 1988, p. 21).

O sentido, pois, não é uma significação integralmente desenvolvida, terminada, fechada. Ele desliza de uma enunciação para outra causando outro efeito de sentido, visto que depende de uma construção histórica, que não exclui as convenções, os conflitos e as múltiplas significações veiculadas pela língua, quando da interlocução entre dois sujeitos.

Para compor uma pesquisa qualitativa, tendo por base epistemológica a AD, a fim de descobrir quais são as formações discursivas e ideológicas presentes nos materiais de análise; os sentidos do discurso; a circunscrição dos sujeitos em dado lugar da pesquisa; as descontinuidades e dispersões; os objetos simbólicos; dentre outros pontos que são analisados a partir dos dados coletados, que se apresentam na materialidade linguístico-discursiva a ser perscrutada pelos recursos teóricos concedidos pela AD, é necessário constituir um corpus. Assim, sobre esse aspecto, passa-se a tratar no tópico a seguir.

### **5. Os procedimentos metodológicos necessários à realização da análise discursiva fundamentada na AD, a partir da formação do *corpus***

Em relação à natureza qualitativa da pesquisa, pode-se afirmar que o analista/pesquisador na AD trabalha com as ocorrências de regularidades em *corpora*. Já o caráter interpretativista analítico-descritivo é alcançado, porque tal tipo de pesquisa é de ordem hermenêutica, cujo objetivo é o detalhamento das regularidades, ou seja, são analisados recortes dessas regularidades de modo pormenorizado, formando-se categorias e subcategorias, de acordo com a natureza dessas ocorrências, em agrupamentos de enunciados.

Teoricamente, Orlandi (2005) mostra que o analisar deve, em primeiro lugar, verificar o lugar da interpretação, ou seja, é necessário ouvir para lá das evidências e compreender, acolhendo, a opacidade da linguagem, a determinação dos sentidos pela história, a constituição do sujeito pela ideologia e pelo inconsciente, fazendo espaço para o possível, a singularidade, a ruptura, a resistência. Ou seja:

[...] colocar o dito em relação ao não dito, o que o sujeito diz em um lugar com o que é dito em outro lugar, o que é dito de um modo com o que é dito de outro, procurando ouvir, naquilo que o sujeito diz, aquilo que ele não diz, mas que constitui igualmente os sentidos de suas palavras. [...]. Todo enunciado, dirá M. Pêcheux (idem), é linguisticamente descritível como uma série de pontos de deriva possível oferecendo lugar à interpretação. Ele é sempre suscetível de ser/tornar-se outro. Esse lugar do outro enunciado é o lugar da interpretação, manifestação do inconsciente e da ideologia na produção dos sentidos e na constituição dos sujeitos (ORLANDI, 2005, p. 59).

Para Orlandi (2005), a interpretação aparece em dois momentos na análise: a) o sujeito que fala interpreta e o analista descreve esse gesto de interpretação do sujeito que constitui o sentido submetido à análise; b) o analista, ao descrever, envolve-se na interpretação, que requer um dispositivo teórico, para intervir e produzir um deslocamento, o qual permitirá que ele trabalhe no espaço da descrição com a interpretação, a fim de fazer

a mediação teórica. O analista trabalha nos limites da interpretação em uma posição deslocada para contemplar o processo de produção de sentido em suas condições.

Em segundo lugar, deve-se trabalhar na constituição do corpus, que é a base da análise. Desse modo, para constituir o corpus, o analista é conduzido por critérios teóricos, visto que a AD, pela natureza da linguagem, interessa-se por práticas discursivas de diversas estruturas: imagem, som, letra, etc. Não se pretende o esgotamento ou a exaustividade ou a completude em relação ao objeto empírico a ser analisado, pois “[...] não há discurso fechado em si mesmo, mas um processo discursivo do qual se podem recortar e analisar estados diferentes” (ORLANDI, 2005, p. 62). Os textos sob análise, acondicionados no corpus, são monumentos constituídos de múltiplas possibilidades de leituras e análises que podem ser revisitados e estão abertos a novas análises e novas retomadas, dependendo da questão posta pelo analista em seus objetivos e do dispositivo teórico, nas diferentes tomadas que se faz do corpus.

O proceder à de-superficialização seria a terceira etapa do procedimento. Trata-se do processo de tomada do material bruto coletado, tal como existe (superfície linguística – dado empírico, discurso concreto), para a feitura da de-superficialização que o converte em objeto discursivo, ou seja, é a primeira análise superficial. Essa de-superficialização consiste na análise da materialidade linguística. Nas palavras de Orlandi (2005):

[...] o como se diz, o quem diz, em que circunstâncias etc. [...] naquilo que se mostra em sua sintaxe e enquanto processo de enunciação (em que o sujeito se marca no que diz), fornecendo-nos pistas para compreendermos o modo como o discurso que pesquisamos se textualiza (ORLANDI, 2005, p. 65).

Nesse processo de de-superficialização, o analista procura desfazer os efeitos da ilusão de que aquilo que o sujeito diz, somente pode ser dito daquela maneira, isto é, a partir da transformação do material bruto em objeto discursivo, o analista consegue analisar que o que é dito no discurso sob análise e o que é dito em outros, em outras condições, afetados por diferentes memórias discursivas.

Tem início, então a quarta etapa do procedimento que, se pode dizer, é o trabalho do analista na configuração do corpus, definindo os limites deste a partir de recortes e do retomar de conceitos e noções, do ir e vir constante entre teoria e consulta ao corpus e análise. “Passa da superfície linguística (corpus bruto) para o objeto discursivo e deste para o processo discursivo [...] observa os efeitos da língua na ideologia e a materialização desta na língua [...] ele apreende a historicidade do texto” (ORLANDI, 2005, p. 68).

Um ponto relevante a ser destacado, nessa etapa, é que os enunciados/textos, a serem analisados, são tomados como discurso; com a historicidade em sua produção, ou seja, na materialidade discursiva existe a inscrição da exterioridade. Desse modo, a AD trabalha “[...] em uma região menos visível, menos demonstrável, mas igualmente relevante que é a materialidade histórica da linguagem” (ORLANDI, 2005, p. 68). O texto, para AD, refere-se à unidade de análise “[...] que se estabelece, pela historicidade, como unidade de sentido em relação à situação” (ORLANDI, 2005, p. 69).

O texto a ser analisado não é selecionado ou definido pela extensão, pois até uma letra pode ser um texto, dependendo da sua historicidade e é resultado de interpretação. “Como dissemos, é o fato de, ao ser referido à discursividade, construir uma unidade em relação à situação” (ORLANDI, 2005, p. 69). O texto é texto porque significa; porque individualiza um conjunto de relações significativas; apresenta heterogeneidade quanto à natureza dos diferentes materiais simbólicos (imagem, som, grafia, etc); quanto à natureza das linguagens (oral, escrita, científica, literária, narrativa, descritiva, etc); quanto à posição do sujeito. O discurso é uma dispersão de textos e o texto é uma dispersão do sujeito. Todos os textos de determinada instituição, do judiciário, por exemplo, que têm vários textos burocráticos, organizacionais, legislativos, peticionais, compõem uma textualidade que faz parte do discurso judiciário.

A quinta etapa da análise centra-se na distinção de autor e sujeito, ou seja, o sujeito está para o discurso, assim como o autor está para o texto. Sujeito é dispersão; autor implica organização, disciplina, unidade. “O sujeito da enunciação assume diferentes posicionamentos na ordem discursiva, não de forma romântica e estática, mas em perspectiva de disputa de poder, verdades, interpretação” (SILVA; SILVA, 2012, p. 12). Aqui cabe pensar no imaginário e no real. O real do discurso é a descontinuidade, a dispersão, a incompletude, a falta, o equívoco, a contradição, constitutivas do sujeito e do sentido. Já o imaginário está ao nível das representações, do imaginário, onde são encontrados o autor, a unidade, a completude, a coerência, o distinto, a não contradição. E o discurso funciona nesse espaço entre o real e o imaginário.

Convém afirmar que a autoria é uma função do sujeito; função-autor; função discursiva do sujeito ao lado de outras funções como as de locutor e de enunciador. Afirma-se então que: “[...] o locutor é aquele que se representa como ‘eu’ no discurso e o enunciador é a perspectiva que esse ‘eu’ constrói” (1984, apud ORLANDI, 2005, p. 74). A função discursiva autor é a função que esse “eu” assume enquanto produtor de linguagem, produtor

do texto. Assim, deve-se destacar que, enquanto o “[...] sujeito é opaco e o discurso não é transparente [...] o texto deve ser coerente, não-contraditório e seu autor deve ser visível, colocando-se na origem de seu dizer. É do autor que se exige: coerência, respeito às normas estabelecidas, explicitação, clareza, conhecimentos [...]” (ORLANDI, 2005, p. 75-76).

O quadro a seguir, apresenta uma possibilidade prática de efetivação da AD.

**Quadro 1** – Procedimento metodológico em AD.

<b>ETAPAS PRÁTICAS PARA REALIZAR O PROCEDIMENTO METODOLÓGICO NA AD</b>	
1 <sup>a</sup>	Elaborar as perguntas de pesquisa, os objetivos, as hipóteses, que direcionarão a busca de múltiplos saberes teóricos que conduzirão ao conhecimento histórico do objeto de pesquisa, ou seja, do discurso a ser analisado.
2 <sup>a</sup>	Recortar, a partir do <i>corpora</i> de um determinado domínio discursivo, o <i>corpus</i> sobre o qual o analista percorrerá a ordem do discurso materializado na estruturação dos textos coletados.
3 <sup>a</sup>	Delimitar o corpus por meio de recortes dos enunciados, das paráfrases, da observação das condições de produção, correlatos ao discurso, que é objeto de estudo da pesquisa, cuja relevância e significação constituam o material da análise. Para melhor organizar os trabalhos, o analista deve enumerar os recortes.
4 <sup>a</sup>	Fazer os agrupamentos dos enunciados, tomando por fundamento suas peculiaridades de sentidos, que são evidências das temáticas materializadas nos enunciados.
5 <sup>a</sup>	Cada agrupamento deverá ser classificado e receberá uma configuração.
6 <sup>a</sup>	Proceder à análise dos enunciados para detectar a posição ideológica do discurso sob análise em relação a outros discursos, redes de filiações históricas, descontinuidades, dispersões, interdiscurso, sentidos e a memória discursiva.
7 <sup>a</sup>	Detectar e analisar as posições do sujeito discursivo, sua inscrição nas situações e contextos das estruturas sociais, ou seja, colocar sob análise o lugar de onde fala o sujeito.
8 <sup>a</sup>	Compor agrupamentos de enunciados que materializam objetos e temas discursivos que possam espelhar identidades dos sujeitos discursivos; unidades; efeitos de sentido metafóricos; historicidade temática; deslizamentos de sentidos.
9 <sup>a</sup>	Pode-se fazer um segundo recorte, a fim de excluir enunciados não analisados, tendo em vista que, durante as análises acima pontuadas, alguns desses enunciados não foram considerados, visto que outros ali configurados atendem melhor que aquele agrupamento ou porque, durante a análise, os dados contidos naquele agrupamento, não mais faziam sentido à pesquisa.
10 <sup>a</sup>	Ir ao <i>corpus</i> e dele voltar, quantas vezes se fizerem necessárias; visitar à teoria estudada e fazer os aportes e novas considerações para o arcabouço teórico ser realmente o sustentáculo da análise; proceder a novos recortes de certos enunciados, tendo em vista que os agrupamentos realizados pelo analista não são fixos, ou seja, apresentam uma instabilidade que torna possível fazer mudanças de enunciados, a partir de novas imersões ao corpus, que favorecem a análise pretendida, caso haja tensões ou conflitos com este ou aquele grupo de enunciados, já analisados ou que tenham estruturas sociopolíticas divergentes.

Fonte: Autoria própria com fundamento em Rodrigues (2010).

No quadro 1, se mostra, de maneira acessível, como pode ocorrer na prática, a passagem da superfície linguística para o objeto discursivo e deste para o procedimento discursivo analítico. Não se esquecendo de que o texto (material bruto), quando recebe a primeira de-superficialização, é passível de receber as primeiras análises para se detectar a

formação discursiva; e, por último, no processo discursivo analítico, opera-se o resgate da formação ideológica presente no discurso sob análise.

Em síntese, a metodologia para se elaborar a análise discursiva constrói-se de acordo com os objetivos estabelecidos, a questão temática da pesquisa, os dados coletados, o objeto discursivo e no decorrer do trabalho em si. Isso porque, a investigação científica que se opera nas pesquisas no campo da AD é peculiar a cada fase do processo de análise, que vai da teoria ao corpus e deste para o arcabouço teórico disponível para se proceder à análise, em um ir e vir necessário de fundamentação e conhecimento acerca da materialidade discursiva a ser analisada.

## **6. Considerações de remate**

Tanto a AD de linha francesa, quanto a ACD apresentam concepções diferentes acerca do conceito de discurso como prática social, contrapondo-se à ótica do estruturalismo. Desse modo, Michel Pêcheux e Norman Fairclough, que foram os principais expoentes dessas teorias, as quais compõem os estudos linguísticos atuais, inserem a ideologia como elemento fundante da constituição do discurso e do sujeito. Todavia, AD apresenta o indivíduo que, interpelado pela ideologia, transforma-se em um sujeito assujeitado histórica e ideologicamente, o qual não é “dono” do discurso, apenas repete o que está dito e posto na formação discursiva. Já a perspectiva defendida pela ACD concebe o estudo do discurso em profundidade e propõe que a linguagem é prática social transformadora do mundo e dos sujeitos, com ações práticas de resistência à opressão social e contraideologia.

A AD trabalha, portanto, com o homem e a linguagem, ou seja, com o discurso produzido pelo homem, ser político em situações dialógicas diversas, com seus interlocutores, elaborando, por meio da linguagem, várias formas de significar seus dizeres, os quais somente fazem sentido quando seu efeito é ali construído e entendido. Assim, como salientado, esse homem, não mais é um indivíduo, ou seja, ao ser interpelado pela ideologia, modifica-se em sujeito que desempenha um papel, tem um lugar e assume seu dizer a partir de uma posição histórica, social e ideológica em que está inscrito. Ele faz uso da língua como prática social ao agir e interagir; concordar e discordar; mostrar-se e se esconder-se sob as palavras não-ditas e as que jamais serão ditas da enunciação, construtoras do discurso.

Ademais, o sujeito da AD não é o sujeito gramatical, pois ele não é autônomo, não é o ‘dono do discurso’, não é o único a dizer. Esse sujeito encontra-se em constante construção, porque ele nunca está pronto, ou seja, está em contínua mudança no espaço discursivo entre o ‘eu’ e o ‘outro’, cuja marca social, histórica e ideológica é e está indelevelmente na sua

vida comunicativa. Desse modo, se o discurso é a palavra em movimento, torna-se imprescindível existir esse sujeito para fazer a palavra movimentar-se, ter sentido e ser constante prática social.

Consoante a isso, emergem conceitos trabalhados e propostos pela AD e que são fundamentais ao procedimento analítico desse campo do conhecimento: sujeito, sentido, formação discursiva, formação ideológica, materialidade discursiva, condições de produção, enunciação, superfície linguística, historicidade, autoria, dispositivo, dito e não-dito, etc. Assim, em razão dessas particularidades conceituais, para que a AD se concretize como fundamento de uma pesquisa científica, deve-se delinear a materialidade discursiva a ser analisada, onde os sentidos e os sujeitos se constituem e a seus interlocutores, como efeitos de sentidos filiados a redes de significação. Isso porque, a AD trabalha com os processos de constituição (dos sujeitos e dos sentidos), cuja análise pode ser desenvolvida por meio das etapas apresentadas alhures, necessárias ao procedimento metodológico que se almeja executar na pesquisa.

## Referências

- ALTHUSSER, L. **Aparelhos Ideológicos do Estado**. Rio de Janeiro, RJ: Graal, 1985.
- ALTHUSSER, L. **Por Marx**. Campinas, SP: Unicamp, 2015.
- BENVENISTE, E. **Problemas de Linguística Geral**. Vol. 1 e 2. Campinas, SP: Pontes, 1989.
- BRANDÃO, H. H. N. **Introdução à Análise do Discurso**. Campinas, SP: Unicamp, 1991.
- BRASIL, L. L. Michel Pêcheux e a Teoria da Análise de Discurso: desdobramentos importantes para a compreensão de uma tipologia discursiva. **Revista Linguagem – Estudos e Pesquisas** [on line]. Universidade Federal de Goiás – Campus Catalão, Catalão, GO, vol. 15, n. 01, p. 171-182, jan/jun 2011.
- FAIRCLOUGH, N. **Discurso e Mudança Social**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.
- FOUCAULT, M. **A Ordem do Discurso**. São Paulo, SP: Loyola, 1996.
- FOUCAULT, M. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2002.
- MAINGUENEAU, D. **Gênese dos discursos**. Curitiba, PR: Criar, 2005.
- MELO, I. F. Análise do Discurso e Análise Crítica do Discurso: desdobramentos e intersecções. **WWW. LETRA MAGNA.COM**. Revista Eletrônica de Divulgação

Científica em Língua Portuguesa, Linguística e Literatura. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, n. 11, ano 05, p. 1-18, 2º Semestre de 2009.

ORLANDI, E. P.; GUIMARÃES, E. **Discurso e Leitura**. São Paulo, SP: EDUC, 1988.

ORLANDI, E. P. **O que é linguística**. São Paulo, SP: Brasiliense, 2003.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas, SP: Pontes, 2005.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas, SP: Unicamp, 1988.

PÊCHEUX, M. **O Discurso: estrutura ou acontecimento**. Campinas, SP: Pontes, 1990.

PÊCHEUX, M. Análise Automática do Discurso (AAD-69). In: GADET, F.; HAK, T. (orgs.). **Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas, SP: Unicamp, 1997. p. 61-161.

PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas (1975). In: GADET, F.; HAK, T. (orgs.). **Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas, SP: Unicamp, 1997. p. 163-252.

POSSENTI, S. Sobre as Noções de Sentido e de Efeito de Sentido. In: **Cadernos da Faculdade de Filosofia e Ciências – UNESP**, v. 6, n.2, p. 1-11, Marília, SP, 1998.

RODRIGUES, M. L. Discurso e Metodologia: tensão na análise. **Revista Interfaces da Educação** [on line]. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS/Unidade Universitária de Paranaíba), Paranaíba, MS, vol. 1, n. 1, p. 66-82, 2010.

SANTOS, J. A.; OLIVEIRA, G. S.; SAAD, N. S. Análise de Discurso: fundamentos e procedimentos. In: **Cadernos da Fucamp**, UNIFUCAMP, v.20, n.43, p.84-97, Monte Carmelo, MG, 2021.

SAUSSURE, F. **Curso de Linguística Geral**. São Paulo, SP: Cultrix, 2000.

SILVA, G. C.; SILVA, J. M. M. Da análise do discurso à apreciação das práticas discursivas: possibilidades metodológicas para a pesquisa em educação. **Revista Artíficos**, Belém, PA, v. 2, n. 3, p. 1-19, 2012.